

Caso do Master ganha novos capítulos com operação Compliance Zero

Com bloqueios superiores a R\$ 5,7 bilhões, a investigação sobre banco avança

Por Beatriz Matos

A crise do Banco Master ganhou um novo capítulo nesta quarta-feira (14), com a deflagração da segunda fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), que atingiu novos personagens ligados ao banco. Além de endereços ligados a Daniel Vercaro — dono do banco —, a PF cumpriu nesta etapa da operação buscas em locais vinculados ao pai, à irmã e ao cunhado do banqueiro.

Também entraram na lista de alvos o empresário Nelson Tanure e o investidor João Carlos Mansur, ex-presidente da gestora Reag Investimentos.

Segundo a investigação, o suposto esquema envolvia captação de recursos, aplicação em fundos e desvio de valores para o patrimônio pessoal de Vercaro e familiares. O celular do controlador foi apreendido.

A defesa afirmou que Vercaro tem colaborado “integral e continuamente” com as autoridades e reiterou “interesse no esclarecimento completo dos fatos”, comprometendo-se a atender às medidas judiciais com “total transparência”.

A nova ofensiva amplia o alcance de um caso que já vinha sendo tratado nos bastidores de Brasília como um teste para a credibilidade do sistema financeiro e para os limites de atuação entre órgãos de controle e de regulação.

Em novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Master após concluir que a instituição não tinha condições de honrar compromissos — decisão que se deu no mesmo período em que a PF avançava sobre a suspeita de emissão de títulos de crédito falsos e carteiras “insubsistentes”. Em paralelo, a tentativa de venda de ativos e carteiras para o Banco de Brasília (BRB), estimada em R\$ 12,2 bilhões, passou a ser tratada como peça central nas apurações.

Novos alvos

A segunda fase da Compliance Zero cumpriu 42 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. As medidas foram autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal e vieram acompanhadas de ordens de sequestro e bloqueio de bens e valores superiores a R\$ 5,7 bilhões.

Na etapa anterior, deflagrada em novembro, foram decretadas prisões e houve apreensão de carros e itens de luxo; investigadores estimaram, à época, que as fraudes poderiam alcançar R\$ 12 bilhões — em especial pela emissão de CDBs com promessa de rentabilidade de até 40% acima das taxas usuais, re-



Polícia Federal avançou nas investigações sobre o Master

Rovena Rosa/Agência Brasil

torno considerado incompatível com a realidade do mercado.

Nesta quarta, um episódio específico chamou atenção: o cunhado de Vercaro, Fabiano Campos Zettel, chegou a ser detido no aeroporto quando embarcaria para Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, mas foi solto em seguida, após cumprimento da diligência. O empresário Nelson Tanure, por sua vez, não foi encontrado em casa e acabou localizado no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, quando embarcaria em um voo doméstico; o celular dele foi apreendido.

Trilha do dinheiro

O caso se tornou ainda mais sensível por envolver a engrenagem que sustentou o crescimento acelerado do Master. O banco, que ganhou tração a partir de 2018 sob a gestão de Vercaro, mudou de nome em 2021, transferiu a vitrine para a Faria Lima e acelerou a captação com CDBs amparados pela garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

O salto foi expressivo: entre 2021 e 2023, o patrimônio líquido saltou de R\$ 219 milhões para a casa dos bilhões, e a instituição registrou lucro líquido de R\$ 523 milhões em 2023. Em 2024, os números avançaram novamente — lucro de R\$ 1 bilhão, patrimônio líquido de R\$ 4,7 bilhões e ativos totais de R\$ 63 bilhões —, ritmo que passou a levantar dúvidas sobre qualidade dos ativos, reavaliações contábeis e custo de captação.

O impacto para clientes e investidores é amplo. Estimativas apontam cerca de 1,6 milhão de investidores com CDBs elegíveis ao ressarcimento, em um volume aproximado de R\$ 41 bilhões — o



Master entrou em liquidação

maior impacto potencial já enfrentado pelo FGC. A cobertura do fundo, pelas regras vigentes, é de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ e por instituição financeira.

STF em cena

A entrada do Supremo no caso redefiniu o equilíbrio de forças e centralizou decisões em Brasília. Relator do processo, o ministro Dias Toffoli autorizou medidas cautelares que colocaram o tribunal no centro da condução da investigação. Em decisão assinada em 13 de janeiro, Toffoli determinou a realização de busca pessoal e decretou a prisão temporária de Fabiano Campos Zettel, cunhado do controlador do Banco Master, Daniel Vercaro, além de autorizar busca pessoal em Nelson Tanure, empresário e investidor do setor financeiro, diante do risco de evasão e da necessidade de preservação das provas.

O ministro foi além: registrou que “causa espécie” o descumprimento de prazo anteriormente fixado para cumprimento de cautelares

e apontou risco de descaracterização de provas, criticando falta de empenho no cumprimento da ordem judicial. Ao deferir as medidas, Toffoli determinou a prisão temporária do cunhado de Vercaro, Fabiano Campos Zettel, com apreensão de passaporte e proibição de sair do país. Também ordenou que bens e materiais apreendidos sejam lacrados e acautelados diretamente no STF, até nova deliberação. E determinou que o diretor-geral da Polícia Federal informe, em 24 horas, a razão do descumprimento do prazo fixado anteriormente para cumprimento das medidas.

Para Melillo Dinis, jurista e cientista político, a nova fase reforça a impressão de que a investigação ainda está longe do ponto final. “A cada enxadada, uma minhoca. No caso do Master um minhocal. É provável que seja um dos maiores escândalos bancários da história, numa soma de fraudes, personagens da República e montes de dinheiro”, afirma.

TCU x BC

O que começou como apuração de fraudes e medida regulatória virou, também, uma disputa de competências entre órgãos do Estado. Depois de o Banco Central decretar a liquidação extrajudicial do Master, o Tribunal de Contas da União determinou a abertura de uma inspeção para examinar documentos do processo, o perfil de investidores institucionais e a possibilidade de desagregar ativos remanescentes — ponto que, em tese, poderia reabrir a discussão sobre o grau de “reversibilidade” da liquidação.

O Banco Central reagiu com embargos de declaração, sustentando que o TCU — ou, ao menos, o relator — não teria competência

para impor uma inspeção sobre atos típicos de supervisão e regulação bancária. Diante da escalada e do desgaste institucional, o ministro do TCU recuou parcialmente, suspendeu a inspeção e submeteu o tema ao Plenário. A tensão institucional só começou a diminuir após a reunião, em 12 de janeiro, entre diretores do BC e o presidente do TCU, Vital do Rêgo, quando a autoridade monetária sinalizou disposição para viabilizar a inspeção nos termos que venham a ser definidos pelo colegiado. A expectativa é de que os embargos entrem na pauta da primeira sessão pós-recesso, em 21 de janeiro.

Na avaliação de Melillo, o coração do caso está justamente no que essa disputa pode abrir de precedente. “Eu creio que a fiscalização funcionou. Talvez com certa demora. O modelo brasileiro é de um sistema que faz o possível e o impossível para evitar o naufrágio das instituições bancárias. Se chegou ao ponto de intervir, é por conta da situação do Banco já ultrapassar o extremo da tolerância”, diz.

Conta ao investidor

Enquanto o embate institucional avança, cresce a pressão por desfechos práticos para credores e para o BRB, que entrou na história como potencial comprador — e, depois, como parte interessada em recuperar recursos. Em nota, o banco afirmou que se reuniu na segunda-feira (12) com o liquidante do Master e que, como credor, respeita a ordem de prioridade, mas atua “com firmeza” para reaver valores. Para o BRB, a nova fase da Compliance Zero “contribui” ao ampliar as chances de devolução de recursos com o bloqueio de bens. O banco disse ainda que segue “sólido” e operando normalmente.

Do ponto de vista político, o caso já alimenta movimentos no Congresso. Mesmo durante o recesso, parlamentares articulam pedidos de CPI e CPMI para investigar a liquidação, as suspeitas de fraude e os desdobramentos do episódio. É um sinal de que o Master ultrapassou as páginas de economia e polícia: virou tema de disputa de narrativa, de responsabilização e de poder.

A pergunta que permanece, agora, é até onde a investigação e a disputa institucional vão. “Em todos os cenários, o tempo será maior que considera a nossa vã filosofia”, resume Melillo. E conclui: “O mais provável, contudo, é a descoberta de fraudes impressionantes, numa promiscuidade entre setores públicos, políticos, setores do sistema financeiro e capital. Ou seja, choro e ranger de dentes”.